



# T-LIGA

RETOMAR A MOBILIZAÇÃO:

## É HORA DE ENTERRAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA



# Mobilização para preservar nosso direito à aposentadoria



O ano de 2017 se encerrou com o governo e a grande mídia lamentando a não aprovação da reforma da Previdência. Isso não foi fruto apenas das denúncias contra Temer e da falta de moral desse governo para impor tamanho sacrifício ao povo brasileiro. A preservação dos direitos previdenciários também foi uma vitória da mobilização dos trabalhadores brasileiros que promoveram, inclusive, uma das maiores greves gerais de sua história.

Ainda sem jogar a toalha, apenas alegando “dificuldades”, o governo marcou novamente votação da reforma da Previdência para o dia 19 de fevereiro de 2018. Até lá Temer, e sua quadrilha esperam “reorganizar a base aliada”, ou seja, comprar com emendas, cargos e malas de dinheiro os deputados que ainda não se venderam.

Ao mesmo tempo, Temer despeja bilhões de reais na grande mídia para veicular uma campanha mentirosa e desrespeitosa contra os servidores públicos. Mais uma vez – isso não é nenhuma novidade –, o governo busca jogar a opinião pública contra os servidores, desta vez para tentar reduzir a rejeição dos brasileiros a uma

proposta de reforma da Previdência, que é desastrosa sobretudo para os mais pobres, pois reduz o valor das aposentadorias e estabelece uma idade mínima superior à expectativa de vida de algumas regiões mais pobres do país.

Essa proposta de reforma só favorece os corruptos e o mercado financeiro. Os bancos, além de abocanharem uma parcela ainda maior do orçamento por meio do serviço da dívida pública, ainda se beneficiarão com a expansão de mais um nicho de mercado: os planos de previdência privada.

Do lado de cá, no entanto, o governo vai seguir encontrando resistência. O Sintrajufe/RS e outros sindicatos de servidores do Judiciário Federal elaboraram uma nota cobrando todas as centrais sindicais para que convoquem uma nova greve geral no Brasil. Dia 30 de janeiro, a categoria vai decidir de que forma enfrentará a reforma da Previdência, na primeira assembleia geral do ano. Só com muita mobilização poderemos enterrar de vez essa reforma e preservar o nosso direito à aposentadoria.

## BEM-VINDOS

**O Sintrajufe/RS divulga os nomes dos sindicalizados entre 16/11/17 e 16/11. Bem-vindos!**  
 Angelo Ronaldo Pacheco de Pietro, JT Alegrete, Caçana Maloz, JF Santana do Livramento, Daniel Osowski, JE Palmeira das Missões, Djaison Keiber, JT Porto Alegre, Domingos Imperico Júnior, ex-servidor JF, Janete Farenzena Panziera, JT Alegrete, Juçara da Veiga Soares, JF Rio Grande  
 Juliane Cinara Gai, JF Palmeira das Missões, Laura Santos de Andrade, JF Cruz Alta, Marcílio Goncalves Filho, aposentado, Pablo André Flores, TRF4, Roberta Liana Vieira, JT Canoas, Taiguara Faccini, JE Bom Jesus, Tauff Ganem de Abreu, JT Porto Alegre

### EXPEDIENTE

### BOLETIM MENSAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RS • FILIADO À FENAJUFE

COORDENADOR DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO: Rafael Scherer | EDIÇÃO: Rosane Vargas | REDAÇÃO: Alexandre Haubrich e Rosane Vargas | CAPA E ILUSTRAÇÕES: Leandro Dóro | PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO: Zap Multimídia | Sintrajufe RS: Rua Marcílio Dias, 660 - Menino Deus - Porto Alegre/RS | CEP 90130-000  
 Fone/Fax: 513235-1977 E-mail: imprensa@sintrajufe.org.br | Site: www.sintrajufe.org.br | Facebook: www.facebook.com/sintrajufers

# Retomada da mobilização: dia 31, categoria faz assembleia geral para discutir participação na greve geral



A primeira assembleia geral de 2018 acontecerá no dia 31, às 19h, na sede do sindicato, e tratará da retomada da mobilização contra a reforma da Previdência. A categoria discutirá a participação em greve geral contra a reforma da Previdência. Também estão na pauta autorização para acordo com a Advocacia-Geral da União no processo para devolução do pagamento do custeio sobre a assistência pré-escolar e autorização retroativa para ações judiciais (veja nas páginas 6 e 8).

Neste mês, o Sintrajufe/RS e mais dez sindicatos da base do Judiciário Federal publicaram uma carta aberta às centrais sindicais, exigindo que chamem uma greve

geral para o dia 19 de fevereiro (veja na página 5). Nessa data, o governo pretende colocar em votação a proposta de reforma da Previdência. O Sintrajufe/RS enviará uma caravana a Brasília para acompanhar a possível votação, mas é necessária a mobilização conjunta dos brasileiros para barrar o desmonte da Previdência. Essa é a prioridade máxima dos trabalhadores neste início de ano.

A reforma da Previdência é o principal item da agenda do governo de Michel Temer (MDB). Os trabalhadores conseguiram evitar a aprovação da reforma em 2017, mas é preciso enterrá-la de vez. Do outro lado, o governo segue buscando comprar parlamentares em

plena luz do dia. O dinheiro que falta para o povo sobra para a compra de votos.

A proposta do governo aumentará a idade mínima para aposentadoria para 62 anos (mulheres) e 65 (homens). Essa é a expectativa de vida em várias regiões do país. Ou seja, muitas pessoas morrerão trabalhando. Além disso, a proposta de Temer reduzirá o valor do benefício de milhões de brasileiros, que deverão contribuir 40 anos para poder se aposentar com o valor total da média das contribuições.

A luta não consiste em uma opção, é uma necessidade. Somente assim conseguiremos assegurar nossa aposentadoria e a das futuras gerações.



# Barrar a reforma da Previdência é a prioridade máxima dos trabalhadores

O tempo do governo para aprovar a reforma da Previdência está se esgotando. Em entrevista, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que, “se não votar em fevereiro, não vota mais”. Em 2017, a mobilização dos trabalhadores conseguiu evitar a votação, e agora, neste início de ano, colocar uma pá de cal na reforma deve ser nossa prioridade.

Michel Temer (MDB) pretende que a votação ocorra em 19 de fevereiro, e para isso está acelerando a compra de votos. O relator, Arthur Maia (PPS-BA), admitiu que está negociando um pacote de mudanças na

proposta, a fim de tentar convencer os deputados indecisos e conseguir os 308 votos necessários na Câmara. Os trabalhadores, no entanto, não querem “flexibilização”; querem enterrar a proposta de vez e, assim, assegurar o direito à aposentadoria de milhões de homens e mulheres, inclusive das futuras gerações.

Para um auditório vazio no Fórum Econômico Mundial em Davos (Suíça), Temer prometeu a empresários internacionais que fará a reforma. O capital financeiro está ansioso por colocar as mãos nas aposentadorias e para que sobre mais dinheiro para o pagamento da dívida pública. Nos-

os direitos estão sendo usados como moeda de troca, mas quem ganha são apenas os de cima, como foi visto na reforma trabalhista e na terceirização irrestrita.

O Sintrajufe/RS e mais dez sindicatos da base do Judiciário Federal publicaram carta aberta exigindo das centrais sindicais que convoquem uma greve geral (veja na página 5). Temos que parar o país, ocupar Brasília no dia 19 (o sindicato enviará caravana) e dar um basta à onda de retrocessos. Precisamos estar focados no que nos une para que, com unidade e mobilização, vencamos esta luta.

Foto: UBES/Divulgação



Ocupa Brasília, em 2017, mostrou a força da mobilização contra as reformas.

# Em carta aberta, Sintrajufe e outros sindicatos do Judiciário Federal cobram que centrais convoquem greve geral contra a reforma da Previdência



No dia 17 de janeiro, 11 sindicatos do Judiciário Federal publicaram uma carta aberta às centrais sindicais com o título “Greve geral já para barrar a reforma da Previdência!”. No documento, os sindicatos cobram que as centrais sindicais convoquem uma greve geral para o dia 19 de fevereiro, data prevista para votação da proposta na Câmara dos Deputados. Além do Sintrajufe/RS, assinam o documento Sintrajud/SP, Sitraemg/MG, Sindjufe/BA, Sintrajufe/MA, Sintrajuf/PE, Sindjufe/MS, Sintrajufe/PI, Sindjufe/MT, Sindissétima/CE e Sindjus/AL.

Na carta, é lembrado que no ano de 2017 “mesmo sem legitimidade, com a aprovação popular próxima de zero e envolvido em incontáveis escândalos de corrupção, Michel Temer (PMDB) encaminhou o desmonte da CLT com a reforma trabalhista e a permissão para terceirização sem limites, aprovadas pela sua quadrilha de aliados no Congresso Nacional”.

Ainda assim, Temer não conseguiu aprovar a reforma da Previdência. O governo tem usado ainda mais recursos públicos para compra de votos, além de contar com o apoio da grande imprensa, em um discurso que “no entanto, mantém intocáveis os verdadeiros privile-

giados com a política de ajuste contra o povo: os grandes bancos, maiores devedores da Seguridade Social, além de abocanharem praticamente metade do orçamento da União com o religioso pagamento dos juros da dívida pública”. O rebaixamento da nota de crédito do Brasil pela agência Standard & Poors “é mais um elemento de pressão na chantagem rasteira para levar a efeito o desmonte das aposentadorias pelo governo”.

Diante disso, os sindicatos apontam que “é urgente reconstruir, desde já, a mobilização para impedir um novo retrocesso com mais esse ataque a nossos direitos”. Na carta aberta, é lembrado que, no primeiro semestre de 2017, a classe trabalhadora “mostrou um grande potencial de resistência”, com a maior greve da história e mais de 250 mil pessoas ocupando Brasília. “Não é exagero a avaliação de que, fosse dado seguimento a esse processo de mobilização, talvez a famigerada reforma da Previdência já estivesse definitivamente enterrada”.

O documento finaliza ressaltando que os trabalhadores têm na unidade e na mobilização sua principal ferramenta de enfrentamento: “Só assim poderemos sair vitoriosos nesse combate. FORA TEMER! NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA!”

## Proposta de acordo da AGU será discutida em assembleia

A Advocacia-Geral da União (AGU) fez ao Sintrajufe/RS uma proposta de acordo no processo nº 5050830-77.2017.4.04.7100. Na ação, o sindicato busca o reconhecimento da ilegalidade da cobrança do custeio do auxílio pré-escolar prevista no decreto 977/93 e a devolução dos valores já descontados indevidamente. A assembleia do dia 31 (veja página 3) avaliará a proposta da AGU.

Inicialmente, essa proposta consistia na devolução

aos servidores de 90% do valor já descontado. Depois de diversas tratativas, a assessoria jurídica do sindicato conseguiu elevar esse percentual para 95%. Os honorários do escritório serão de 10% sobre o valor pago. Dessa forma, os servidores receberão, por Requisição de Pequeno Valor (RPV), 85,5% do valor total devido, com a vantagem de que os cálculos serão confeccionados pela própria AGU. Assim, os servidores ficarão isentos do pagamento de honorários periciais.



## Sintrajufe requer aos tribunais o reajuste de benefícios pela inflação dos últimos dois anos

No dia 19 de janeiro, o Sintrajufe/RS enviou requerimentos administrativos aos tribunais (TRT4, TRF4, TRE-RS e STM) buscando o reajuste do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar dos servidores. O último reajuste foi determinado pela portaria conjunta 1/2016, dos tribunais superiores.

Nos últimos dois anos, os valores ficaram congelados. No entanto, a inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE, somou 9,43% do início de 2016 até final de 2017.

O reajuste de benefícios é uma pauta das pautas prioritárias do Sintrajufe/RS no último período. Em setembro, o sindicato participou de reuniões no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no Conselho da Justiça

Federal, no Tribunal Superior Eleitoral e no Conselho Nacional de Justiça para tratar do assunto. Novamente, em dezembro, o tema foi levado à reunião com a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, na qual esteve presente o diretor do sindicato e coordenador da Fenajufe, Cristiano Moreira (veja página 7). O dirigente afirma que o sindicato seguirá pressionando e que, “independentemente do novo requerimento, está analisando a execução de orçamento do ano passado para verificar onde as sobras orçamentárias existentes foram aplicadas”. Estudo entregue à ministra Cármen Lúcia mostrava que com apenas 10% das sobras orçamentárias de 2017 seria possível reajustar os benefícios de acordo com a inflação de 2016.

# Em reunião com Cármen Lúcia, Fenajufe trata de benefícios e outras demandas

Desde que Cármen Lúcia tomou posse como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2016, a Fenajufe busca uma reunião com a ministra. Apenas no dia 19 de dezembro ela recebeu os representantes da categoria, para tratar de várias pautas. O coordenador da federação e diretor do Sintrajufe/RS, Cristiano Moreira, estava presente. Foi entregue à ministra um documento formalizando as demandas relativas aos assuntos que seriam discutidos na reunião e outras pautas importantes, como regulamentação da jornada de 6 horas e combate às carreiras exclusivas para tribunais superiores.

A retomada dos trabalhos da Comissão Interdisci-

plinar do STF para discussão da carreira foi uma das demandas discutidas. Os dirigentes cobraram a falta de encaminhamento, pelo STF, das deliberações da comissão. Uma delas é a alteração do requisito de escolaridade, com a exigência de nível superior para o ingresso no cargo de técnico judiciário. Os dirigentes reiteraram a proposta de que a comissão se torne um fórum permanente para tratar das demandas, como, por exemplo, uma política salarial para depois de 2019, quando será integralizado o reajuste previsto na lei 13.317/16. Cármen Lúcia afirmou que analisaria o pleito e que marcaria nova reunião com a Fenajufe para os encaminhamentos.



Foto: Divulgação

## Reajuste dos benefícios

Outra demanda foi o reajuste dos benefícios sociais dos servidores, como auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, auxílio-saúde, atualmente congelados. Foi entregue à ministra um estudo orçamentário que mostrava que apenas 10% das sobras orçamentárias existentes permitiriam o reajuste dos benefícios, ainda em 2017, em 7,2% (índice máximo que a Lei de Diretrizes Orçamentárias permite). A ministra disse que analisaria a questão, mas o ano terminou e não houve reajuste.

## Quintos e 13,23%

Os dirigentes fizeram considerações sobre dois assuntos que preocupam a categoria: o julgamento dos quintos

e o reconhecimento dos 13,23%. No primeiro caso, o julgamento terá um grande impacto na categoria. Foi afirmado que a decisão anterior do ministro Gilmar Mendes viola a segurança jurídica e a coisa julgada, confiscando remuneração de boa parte da categoria. Em relação ao reconhecimento e à retroatividade dos 13,23%, foi dito que a súmula vinculante, proposta também por Gilmar Mendes, tem o intuito de acabar com o direito dos servidores.

Cristiano Moreira ressaltou que “a ministra se comprometeu a examinar todos os pleitos e convocar nova audiência com a Fenajufe para apresentar retorno e dar os devidos encaminhamentos. Entregamos um documento formalizando todas as demandas e vamos seguir cobrando o atendimento desses pleitos, algo que, não tenho dúvida, dependerá de nossa mobilização em 2018”.

# Em sete meses, Sintrajufe ajuíza diversas ações coletivas; algumas serão discutidas na assembleia geral

Desde agosto de 2017, depois que o escritório Young, Dias, Lauxen & Lima passou a fazer a assessoria jurídica do Sintrajufe/RS, foram ajuizadas sete ações coletivas. Nas ações, o sindicato busca o pagamento de valores, o fim de cobranças indevidas e o reconhecimento de direitos. Confira, nesta página, quais são as ações.

## Assembleia geral

A assembleia geral do dia 31 (veja página 3) deliberará sobre proposta de acordo a Advocacia Geral da União (AGU) no processo que visa à isenção do custeio para os servidores que recebem a assistência pré-escolar e busca a devolução dos valores recolhidos indevidamente (proc. nº 5050830-77.2014.2014.4.04.7100). Mais detalhes sobre essa proposta podem ser vistos na página 6.

Ainda, a assembleia geral deliberará retroativamente em relação a quatro ações judiciais já ajuizadas:

- Devolução de valores absorvidos (processo nº 5043440-56.2017.4.04.7100): busca a devolução da Vantagem Pecuniária Individual (VPI) indevidamente absorvida na implementação da reposição salarial da categoria. A absorção, que só deveria ocorrer em janeiro de 2019, foi absorvida no início das parcelas do reajuste,

em julho de 2016.

- Plantões ou jornada extraordinária na Justiça Federal (proc. nº 5066734-40.2017.4.04.7100): busca que os servidores da JF possam converter em pecúnia as folgas não usufruídas decorrentes de plantões realizados em fins de semana e feriados. A regulamentação vigente estabelece prazos e prescrição dessas folgas. A ação requer também que a compensação possa se dar em qualquer momento e que a União pague as horas já consideradas prescritas.

- Reversão da medida provisória (MP) 805 de aumento da contribuição previdenciária (proc. nº 5066760-38.2017.4.04.7100): busca sustar os efeitos da MP 805, que entre outros ataques, eleva a alíquota da contribuição previdenciária dos servidores públicos federais de 11% para 14% sobre os rendimentos acima do teto do regime geral, atingindo inclusive aposentados.

- Jornal Nacional (ação nº 001/1.18.0000872-5): no dia 5 de dezembro, o Jornal Nacional divulgou matéria com várias inconsistências e inverdades sobre os salários do funcionalismo, e deu especial destaque ao Judiciário Federal. O Sintrajufe/RS enviou pedido de resposta ao Jornal Nacional, que não se manifestou. Foi ajuizada, então, ação judicial.



## Outras ações ajuizadas

- Rezoneamento da Justiça Eleitoral (proc. nº 5052644-27.2017.4.04.7100): busca impedir a extinção de zonas eleitorais no Rio Grande do Sul, determinada pela resolução 23.520/17 do Tribunal Superior Eleitoral.
- Extinção de limite de gastos com educação,

para fins de dedução de Imposto de Renda (proc. nº 5058450-43.2017.4.04.7100): busca reconhecer o direito de deduzir integralmente as despesas com educação própria e/ou de dependentes dos servidores, na declaração de Imposto de Renda e o ressarcimento retroativo de valores eventualmente recolhidos.



# Grupo de trabalho debate participação eletrônica

No dia 11 de dezembro, na sede, ocorreu a primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) sobre participação eletrônica no Sintrajufe/RS. Na ocasião, já foi dado início efetivo a esse tipo de participação, pois, utilizando Skype, colegas de Carazinho, Santana do Livramento e Taquara integraram os debates.

A criação do GT foi aprovada em assembleia geral e tem como objetivo propor formas seguras e democráticas de ampliar a participação da categoria nas atividades e nos debates do sindicato com a utilização das novas tecnolo-

gias. A iniciativa beneficiará, principalmente, os colegas do interior do estado, que poderão participar das decisões do Sintrajufe/RS sem precisar se deslocar a Porto Alegre.

Nessa primeira reunião, foi feita uma análise do Estatuto do Sintrajufe/RS, com a conclusão de que não será necessária mudança estatutária para que a categoria possa deliberar por meio eletrônico em assembleias e demais instâncias do sindicato. A segunda reunião do GT, no dia 25 de janeiro, discutiu o parecer da assessoria jurídica do sindicato sobre a par-

ticipação eletrônica nas eleições para Direção Colegiada e Conselho Fiscal. Nessa reunião, também foram analisadas as experiências de outras categorias que já implementaram a participação eletrônica.

O GT tem prazo de finalização dos trabalhos em abril de 2018. Os encontros serão mensais em janeiro e fevereiro, passando a quinzenais ou semanais no período seguinte, sempre às 19h30min. Está assegurada a participação dos colegas do interior, via Skype, em todas as reuniões.



Foto: Daniel Borges/Especial

# Sintrajufe/RS defende a democracia e a liberdade de expressão

No dia 8 de janeiro, o Sintrajufe/RS lançou uma nota pública de repúdio à intolerância, em defesa da democracia e da liberdade de expressão, contra o “patrulhamento ideológico e a tentativa de ‘linchamento virtual’” sofridos por uma colega que está lotada na presidência do TRF4. Ela havia publicado, no perfil pessoal no Facebook, opinião sobre o julgamento do ex-presidente Lula e assinado um abaixo-assinado virtual pela prisão dele.

Na nota, o sindicato afirma que, embora não subscreva a opinião defendida pela colega servidora, é direito dela manifestá-la. A nota do Sintrajufe/RS sustenta que a colega fez “uso de sua liberdade de expressão e direito

democrático de manifestação previstos na Constituição Federal”, mesmo direito que têm os colegas que defendem o ex-presidente Lula e também aqueles que foram às ruas exigir “Fora Temer” ou “Fora Sartori”.

O sindicato também se coloca contra a “absurda representação do PT contra a servidora”, o que é “um péssimo e preocupante precedente em uma conjuntura de crescente intolerância e perseguição a servidores”. Além disso, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) encaminhou mensagem à ministra Cármen Lúcia para tomar as “providências legais cabíveis”. A senadora desconsiderou que, diferentemente dos magistrados, os servidores



do Poder Judiciário não julgam processos, tampouco são impedidos de participar de atividades político-partidárias ou filiarem-se a partidos, com exceção dos servidores da Justiça Eleitoral. Não são regidos pela Lei Orgânica da Magistratura (Loman), mas sim pela lei 8.112/90, que veda a promoção de manifestações de apreço ou desapreço apenas “no recinto da repartição”, sem qualquer impedimento às opiniões no âmbito da vida privada e particular (incluindo-se aqui, naturalmente, as redes sociais).

Para o Sintrajufe/RS, “a defesa da democracia deve ser permanente, não apenas quando houver opiniões convergentes, mas sobretudo na existência de diferenças”. A nota,

publicada nos meios de comunicação eletrônicos do sindicato, teve repercussão na mídia. No dia seguinte, a coluna de política de Zero Hora ressaltou as críticas do sindicato tanto ao linchamento virtual sofrido pela colega como a atitude do prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr., que requisitou a presença do Exército e da Força Nacional para tentar reprimir a anunciada mobilização em defesa de Lula. O Sintrajufe/RS também foi convidado a participar do programa “Esfera Pública”, na Rádio Guaíba, quando o diretor Cristiano Moreira explicou a posição do sindicato de defesa à livre manifestação dos cidadãos, incluindo os servidores públicos.

# Restaurante, pré-vestibular e viagens com descontos para sindicalizados

O Sintrajufe/RS tem convênios com diversas empresas e profissionais, para oferecer descontos em produtos e serviços aos sindicalizados. Nesta página, podem ser conferidos alguns deles.

A lista completa está no site: [www.sintrajufe.org.br/convencios](http://www.sintrajufe.org.br/convencios).



## Êxodo Negócios e Viagens

Desconto de 5% de desconto em pacotes de viagens e serviços oferecidos pela agência.

**Endereço:**

Rua Walter Spalding, 110/11

**Site/E-mail:**

[www.exodoviagens.com.br](http://www.exodoviagens.com.br)

[iona@exodoviagens.com.br](mailto:iona@exodoviagens.com.br)

**Telefones:**

(51) 3239-9370 e 9977-0644



## Restaurante Moustache

Desconto de 26% no bufê executivo e na tele-entrega (com opção de escolha de pratos).

**Endereço:**

Rua Baronesa do Gravataí, 594, Bairro Menino Deus, Porto Alegre

**E-mail:**

[rafaela\\_duarte98@hotmail.com](mailto:rafaela_duarte98@hotmail.com)

**Telefone:**

(51) 3372-5877



## Sapataria Rápida Central X

Desconto de 10% de desconto nos serviços de ajuste e consertos.

**Endereço:**

Av. Praia de Belas, 1181/1054 - Shopping Praia de Belas

**Site/E-mail:**

[shop.praia.belas@sapatariacentralx.com.br](mailto:shop.praia.belas@sapatariacentralx.com.br)

[www.sapatariacentralx.com.br](http://www.sapatariacentralx.com.br)

**Telefone:**

(51) 3233-3000



## Fênix Pré-Vestibular

Desconto de 20% em todos os cursos pré-vestibulares oferecidos (Porto Alegre e Canoas).

**Telefone:**

(51) 3030-7700

**Site:**

[www.fenixpre.com.br](http://www.fenixpre.com.br)

**29 de janeiro, das 11h às 16h:** Banca do Sintrajufe/RS. Na Justiça Federal e no TRF4.

**30 de janeiro, das 13h às 17h:** Banca do Sintrajufe/RS. No Anexo da JE e no TRE Duque.

**31 de janeiro, das 11h às 16h:** Banca do Sintrajufe/RS. No TRT4 e nas varas trabalhistas.

**31 de janeiro, 19h:** Assembleia geral. Na sede (ver página 3).

**8 de fevereiro, 19h:** Reunião do Núcleo de Diversidade Sexual do Sintrajufe/RS (Nuds). Na sede.

**26 de fevereiro a 2 de março:** Inscrições para oficinas de cultura. O calendário será divulgado nos meios de comunicação do sindicato.

**2 de março, 18h:** Data-limite para as cidades do interior enviarem projetos para oficinas de cultura.

# Categoria encerra 2017 ao som de Tonho Crocco em Tributo a Tim Maia

No dia 15 de dezembro, mais de 250 pessoas participaram da tradicional Festa de Final de Ano do Sintrajufe/RS, no Grêmio Náutico Gaúcho, em Porto Alegre. A festa foi animada pelo show "Tributo a Tim Maia", com Tonho Crocco e banda. Depois, foi o momento de ocupar a pista de dança ao som da DJ Lucia Severo.

A noite era de festejar, confraternizar, renovar as energias. Como lembrou o diretor do Sintrajufe/RS Cristiano Moreira, 2017 foi um ano de enfrentamentos, no qual a unidade e a mobilização conseguiram barrar, até aquele



Foto: Fábio Carvalho

momento, a reforma da Previdência. Ele ressaltou também que os trabalhadores precisariam se-

guir firmes para avançar em 2018. É o que este início de ano está mostrando.

## Oficinas de cultura no interior: prazo até 2/3 para entrega de projetos



Os colegas do interior já podem enviar ao Sintrajufe/RS projetos para realização de oficinas de cultura no primeiro semestre. O prazo vai até dia 2 de março, e as propostas devem ser encaminhadas para o e-mail cultura@sintrajufe.org.br.

Para que a oficina seja aprovada, é necessário que a cidade tenha diretor de base (independentemente da Justiça), que realize assembleia de base deliberando sobre a oficina escolhida e que seja indicado que a oficina buscará a integração de todas as justças. O regulamento

completo, com todos os detalhes, será enviado às direções de base.

Na capital, as inscrições acontecem de 26 de fevereiro a 2 de março. Todas as informações sobre quais oficinas acontecerão neste semestre serão divulgadas em breve.

A taxa de semestralidade segue inalterada para capital e interior: para sindicalizados e dependentes o valor é de R\$ 50,00 pelo semestre; para os não sindicalizados e comunidade, R\$ 200,00. As aulas acontecerão de 12 de março até 20 de julho.

## Fique atento às datas para reserva e retirada de ingressos de cinema

O Sintrajufe/RS possibilita que os sindicalizados comprem ingressos de cinema com desconto. Neste ano, as re-

servas e as retiradas ocorrerão nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme datas no quadro ao lado.

Mês	Encomenda	Retirada
Fevereiro	até dia 9	28/2 a 2/3
Maio	até dia 4	23 a 25
Agosto	até dia 3	22 a 24
Novembro	até dia 9	28 a 30
Reservas com Fabrine - Fone: 3235-1977		
Horário: 10h às 13h e 14h às 18h		
Secretaria de Formação, Cultura e Lazer		

### Os cinemas conveniados e os preços dos ingressos com desconto são os seguintes:

Cinespaço POA, R\$ 9,50 | Cinespaço POA 3D, R\$ 12,50 | Cinespaço POA IMAX, R\$ 16,00 | Cinespaço NH, R\$ 9,00 | Cinespaço 3D NH, R\$ 12,00 | GNC, R\$ 14,00 | GNC 3D, R\$ 20,00 | Guion, R\$ 14,00 | Itau Cinemas, R\$ 14,50.

As reservas devem ser feitas pelo telefone (51) 3235-1977,

com Fabrine. Os sindicalizados retiram os ingressos direta-

mente no sindicato (Rua Marcílio Dias, 660).